

## “SÓ PODIA VIR DE PERNAMBUCO”: O PROGRAMA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO E A INTERVENÇÃO POLÍTICA NO ESTADO (1962-1963)

Arthur Victor Barros  
Mestre em História pelo PPGH UFPE  
arthur.victor19@gmail.com

### 1 Introdução

Em 16 de fevereiro de 1961 desembarcou no Brasil uma comitiva norte-americana cuja missão era recolher informações acerca dos problemas econômicos e sociais envolvendo a região Nordeste. George McGovern, diretor do Departamento de Excedentes Agrícolas dos Estados Unidos, foi o responsável por liderar os trabalhos da equipe. Sua tarefa era explorar meios de combate ao problema da fome na região, pois, em breve, o Nordeste receberia toneladas de alimentos oriundos do programa “Alimentos para a Paz”.

Integrando a comitiva estava o historiador Arthur Schlesinger. Na condição de assessor da Casa Branca e enviado especial do presidente John Kennedy, Schlesinger desempenhou papel fundamental na coleta de informações sobre a situação do Nordeste do Brasil, em especial de Pernambuco: “considerou ser da maior importância uma visita a esta região, a fim de conhecer as suas necessidades e as condições em que vivem os nordestinos [...] já que é este o absorvente interesse do sr. Kennedy”<sup>1</sup>. A região da Mata Norte, envolvendo os municípios de Aliança, Timbaúba, Itambé e Goiana e a cidade de Sirinhaém, localizada na Mata Sul, foram visitadas pela comitiva em 18 de fevereiro. As impressões registradas pela equipe ofereceram uma “visão mais ampla e real das condições de subdesenvolvimento em que vivem os nordestinos, sobretudo em seus aspectos sociais e econômicos”<sup>2</sup>.

Não era novidade para os norte-americanos que a região atravessava problemas de natureza social, econômica e política. A convulsão social promovida pelas Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado e deputado estadual Francisco Julião, forneciam uma ponta de esperança para os milhares de trabalhadores rurais sem terras

---

<sup>1</sup> “Alimentos para Paz”: USA aplicação plano no Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 fev. 1961. Ano 136, nº 39. p.03.

<sup>2</sup> Brasil deverá receber “Alimentos para Paz”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 fev. 1961. Ano 136, nº 40. p.11.

submetidos à exploração do trabalho. O Nordeste sofria com um atraso econômico resultado de anos da exploração por parte dos grande latifundiários ligados ao setor de produção da cana de açúcar, que inclusive representavam seus interesses na Assembleia Legislativa do estado<sup>3</sup>.

A soma desses fatores contribuiu para que o governo norte-americano do presidente Kennedy interpretasse a agitação social como um movimento de descontentamento capaz de fornecer bases para uma possível revolução de cunho socialista na região. Os ares da Revolução Cubana pairavam, na visão norte-americana, ao sul do Continente. Mas terá sido o Nordeste palco de uma possível revolução comunista?

Ao alimentar a retórica de uma possível revolução socialista no Nordeste, os Estados Unidos demonstram seus interesses claros de intervir politicamente na região, já que uma intervenção militar no Brasil, tendo como suposto uma “agitação comunista” não seria bem vista, dada as dimensões geográficas e importância política do país, embora a hipótese não fora descartada. Na prática, os Estados Unidos ignoraram as lutas sociais em desenvolvimento naquela época. Josué de Castro, em *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, deixa claro que as agitações promovidas pelas Ligas Camponesas nada tinha de comunistas, mas eram uma reivindicação histórica de milhares de trabalhadores rurais:

“Na verdade, a tensa explosividade do Nordeste é um produto da evolução natural de sua estrutura sócio-econômica superada e inadequada para dar atendimento aos desejos e aspirações de um povo que, tendo entidade política, procura dar expressão a seus anseios de reforma e de melhoria de suas desumanas condições de vida (CASTRO, 1975, p.178).

Embora a situação do Nordeste, como aponta Josué de Castro, seja um problema histórico decorrente da exploração e manutenção de práticas coloniais, uma solução imediata deveria ser tomada pelos Estados Unidos a fim de impedir o agravamento da situação. As impressões foram registradas pela comitiva e apresentadas ao presidente Kennedy, interessado na evolução dos problemas na região. As informações coletadas foram cruciais para a consolidação das bases do programa da Aliança para o Progresso, apresentado aos embaixadores dos países membros da Organização dos

---

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre as relações do Nordeste do Brasil e a formação da Aliança para o Progresso, consultar: BARROS, Arthur Victor. **Análises sobre o Nordeste do Brasil e sua relação com os Estados Unidos (1959-1964)**. Disponível em: <encurtador.com.br/bnzFV>. Acesso em 09 jul. 2019.

Estados Americanos (OEA) em 13 de março de 1961<sup>4</sup>, assim como forneceram subsídios para o envio de técnicos norte-americanos à região, responsáveis por estudar mais a fundo os problemas e apontar os campos de atuação da Aliança.

## **2 O Relatório Bohan e o Acordo do Nordeste**

A 23 de outubro de 1961 a movimentação de jornalistas no Aeroporto Gilberto Freyre denunciou a presença de mais uma comitiva de técnicos norte-americanos. Nessa data, desembarcou na cidade do Recife uma equipe destinada à levantar informações para serem utilizadas na elaboração do primeiro acordo entre os Estados Unidos e o Brasil no âmbito da Aliança para o Progresso. Liderando a comitiva estava o economista Merwin Bohan. As informações coletadas forneceram subsídios para a elaboração de um relatório, conhecido popularmente como “Relatório Bohan”. Nele, o economista recomendou a execução de projetos de curto e longo prazo.

O primeiro grupo de projetos almejou provocar um impacto sobre a generalidade da população do Nordeste, “impacientes” por demandas concretas da atuação da Aliança. Os projetos de curto prazo atuavam em cinco áreas: abastecimento d’água, centros obreiros, eletrificação rural, assistência para a força de trabalho e saúde volante. Foram estabelecidos prazos de 12 a 18 meses para a realização dessas obras e orçados cerca de trinta e três milhões de dólares (SANTIAGO, 2016, p.127). Para dar visibilidade às obras, quando iniciadas, o relatório é enfático ao considerar que todos os projetos deveriam ostentar visivelmente os símbolos da Aliança para o Progresso<sup>5</sup>.

Já a execução dos projetos de longo prazo estavam associados ao Plano Diretor da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O relatório apontou a necessidade deste órgão na condução dos trabalhos frente à complexidade

---

<sup>4</sup> Para mais informações sobre a criação do programa da Aliança para o Progresso, consultar: BARROS, Arthur Victor. “**A pobreza como estopim da revolução**”: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). *Dissertação de mestrado*. Recife, fev. 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/dhkp>. Acesso em 09 jul. 2019.

<sup>5</sup> Este é, sem dúvidas, um fator importante para entender as intenções intervencionistas do programa da Aliança para o Progresso em Pernambuco. Durante a campanha para o governo do estado, em 1962, o então governador Cid Sampaio favoreceu o seu candidato, João Cleofas, com as obras em desenvolvimento no estado fruto do programa norte-americano. Esse assunto será melhor posteriormente neste trabalho.

envolvendo questões sociopolíticas, assim como destacou as áreas de interesse para o desenvolvimento desses projetos:

“Questões como a reforma agrária, revisões do regime de posse de terras e demais questões afins são suscetíveis de fortes repercussões políticas e sociais. Problemas dessa índole se integram, ao longo de muitas décadas, na tessitura do regime institucional vigente no Nordeste brasileiro. Temos para nós que a melhor forma de equacionar esses problemas é conjugar as atividades norte-americanas aos esforços envidados por aquelas autoridades brasileiras que reputam o ataque aos problemas que afligem o Nordeste como eminentemente prioritários. Canalizando recursos através da SUDENE, essa entidade se consolidará e contará com meios mais eficazes para determinar uma solução brasileira para um problema brasileiro” (SANTIAGO, 2016, p.128).

As recomendações elencadas pelo Relatório Bohan<sup>6</sup> foram concretizados em 13 de abril de 1962, quando foi assinado o *Acordo entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste do Brasil*, ou, Acordo do Nordeste. O acordo celebrou a execução de obras da Aliança para o Progresso através de ajuda externa imediata cujo objetivo era promover um impacto social inicial favorável na opinião pública.

Sua implantação deveria ocorrer de duas formas: a primeira, através da ajuda imediata orçada em cinquenta e oito milhões de dólares e a segunda por meio do financiamento a longo prazo, com duração prevista para os anos de 1962 e 1963, orçado em duzentos e dezesseis milhões de dólares<sup>7</sup>.

### **3 O Programa Alimentos para a Paz**

Paralelo às discussões sobre os futuros investimentos da Aliança para o Progresso, algumas ações do programa já eram observadas. Fruto da missão McGovern ao Nordeste do Brasil, toneladas de alimentos foram transportadas ao país através do programa Alimentos para a Paz. Oriundo da administração Dwight Eisenhower e vinculado à Lei de Assistência e Desenvolvimento do Comércio Agrícola de junho de 1954 (*Public Law 480*), o programa tinha como objetivo a exportação e distribuição de

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar que os objetivos e metas elencados no Plano Diretor da Sudene foram levadas em consideração para a formulação dos termos do Acordo do Nordeste.

<sup>7</sup> Acordo entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil sobre a Cooperação do Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste do Brasil. Disponível em: <<http://goo.gl/hh23cL>>. Acesso 27 jul. 2016.

alimentos para o Brasil aproveitando os excedentes agrícolas norte-americanos, com preços acessíveis pagos em moeda própria em vez de dólares<sup>8</sup>.

Várias são as críticas apontadas ao programa Alimentos para a Paz. O periódico *O Semanário* do Rio de Janeiro foi a principal voz na denúncia aos reais interesses do programa. Se por um lado, o envio de alimentos representava a generosidade do governo norte-americano com os milhares de analfabetos e famintos da região Nordeste, por outro, o envio desses alimentos colaborou para acentuar os problemas. Josué de Castro, à época deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, apontou que entrada desses alimentos desestimularia os investimentos da deficiente produção de subsistência<sup>9</sup>:

“Se inundarmos o mercado brasileiro, com os excedentes americanos, sejam quais forem as condições em que eles aqui penetrem, deixando de lado a parte de custo para analisar depois, esses produtos irão desequilibrar, o nosso mercado e desestimular a nossa agricultura já tão desestimulada, já tão abandonada, já tão relegada a segundo plano, sem ter nenhuma prioridade, nem para os investimentos, nem para os benefícios que usualmente o Governo dá a outros setores de nossa economia”<sup>10</sup>.

Josué de Castro revelou os interesses dos Estados Unidos em estabelecer uma dependência do Brasil aos produtos agrícolas daquele país. Essa prática é conhecida como *dumping* agrícola: a cada ano milhares de dólares são pagos aos produtores agrícolas a título de ajuda para a produção e a exportação de alimentos, favorecendo o comércio desses produtos nos países receptores em detrimento da produção local (ZIEGLER, 2011, p.86). Noam Chomsky vai além ao afirmar que “o programa de ajuda externa Alimentos para a Paz serviu tanto para subsidiar a agroindústria e as exportações norte-americanas como para enfrentar os produtores de outros países” (2002, p.41).

#### **4 Impasses entre a Sudene e a Usaid**

O primeiro coordenador da USAID em Pernambuco foi o ítalo-americano Bruno B. Luzzatto. Em seu currículo, Luzzatto trabalhou para a implementação do Plano Marshall em Roma e Paris e foi, durante dez anos, representante do Banco Mundial na

---

<sup>8</sup> **Agricultural Trade Development and Assistance Act of 1954**. Disponível em: <<https://goo.gl/hn7yqo>>. Acesso: 25 jan. 2017.

<sup>9</sup> “Alimentos para Paz” apenas um bom negócio para os ianques. **O Semanário**. Rio de Janeiro, semana de 25 mar. - 1 abr. 1961. Ano VI, nº 253. p. 09.

<sup>10</sup> Ibidem.

cidade do Rio de Janeiro. O então coordenador da missão norte-americana em Recife acreditou que o bom andamento do programa da Aliança no estado só seria possível se um cordial relacionamento entre os técnicos brasileiros e norte-americanos fosse estabelecido: “bastava o governo dos Estados Unidos manter uma missão pequena e que não chamasse atenção, com um quadro de pessoal formado por americanos com um bom conhecimento da língua portuguesa e com sensibilidade para maneira brasileira de fazer as coisas” (PAGE, 1972, p.152).

O trabalho discreto sugerido pelo coordenador Luzzatto não satisfaz os interesses propagandísticos da Aliança para o Progresso. As ordens transmitidas pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil eram de manter em evidência e reforçar a publicidade em torno do programa. Não satisfeito com as ordens, Luzzatto foi substituído, em julho de 1962, pelo então diretor-assistente da USAID/Brazil John C. Dieffenderfer. A escolha, feita pelo próprio embaixador Lincoln Gordon, foi observada com preocupação pelos técnicos da Sudene.

A mudança de direção acentuou os problemas envolvendo os técnicos norte-americanos e brasileiros. Era precária a comunicação entre os técnicos, pois era comum a falta de tradutores. Também contribuiu a diferença de idade: enquanto os brasileiros, jovens e com pouca experiência nos aspectos técnicos de planejamento e desenvolvimento econômico, os norte-americanos eram mais velhos e tratavam aqueles técnicos como crianças, o que reforçava o caráter paternalista da relação entre eles (PAGE, 1972, p.162). Por fim, a falta de estrutura adequada na cidade do Recife provocou pouco interesse na transferência dos funcionários norte-americanos que possuíam famílias (*Ibidem*, p.155).

Mesmo com essas dificuldades, os técnicos norte-americanos foram simpatizantes aos planos de desenvolvimento elaborados pela Sudene, embora não significou que o governo norte-americano fornecesse autonomia para a autarquia brasileira gerir os recursos estrangeiros. Foi então que Celso Furtado descobriu que a USAID não seria apenas uma agência financiadora mas a controladora das equipes técnicas na elaboração e execução dos projetos. Essa situação provocou um impasse, atrasando as assinaturas dos convênios que dariam início às obras da Aliança para o Progresso não só em Pernambuco como em todo Nordeste.

Para solucionar o impasse, os técnicos da USAID recorreram ao próprio documento do Acordo do Nordeste que no artigo II deixa claro que a agência norte-americana poderia assinar acordos com a Sudene e com outras repartições ou órgãos apropriados, relativos a projetos específicos, em conformidade com os regulamentos aplicáveis.

Esse dispositivo permitiu que a agência norte-americana desenvolvesse acordos diretamente com os governos estaduais, o que favoreceu governadores alinhados ao anticomunismo, como é o caso de Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Aluísio Alves e o próprio Cid Sampaio. A estratégia de financiar diretamente os estados foi elaborada no seio da Agência Central de Inteligência (CIA) e posta em prática pelo embaixador Gordon. A “Política de Ilhas de Sanidade Administrativas” ficou caracterizada pela descontinuação da ajuda norte-americana ao governo central, o que atingiu diretamente a Sudene e tinha como objetivo principal desgastar a figura de João Goulart. A ajuda seria dada aos governadores que estivessem agindo de acordo com as normas da Aliança para o Progresso, isto é, comprometidos com o anticomunismo.

## **5 A Interferência política**

Apesar do papel de Lincoln Gordon e da CIA na elaboração da política de favorecimento aos governadores contrários a João Goulart foi o próprio presidente Kennedy quem sugeriu uma reorientação na aplicação dos recursos da Aliança para o Progresso. Ele enviou em 05 de fevereiro de 1962 uma mensagem para o administrador da USAID, Fowler Hamilton, sugerindo as modificações:

“Acho que devemos fazer alguma coisa de natureza favorável ao Brasil antes das eleições no próximo outono, que vai ser crucial. Talvez se pudesse propor um projeto de alimentos, água ou outro qualquer. É bom você falar com Ted Moscoso sobre isso e depois discutir comigo”. (PARKER, 1977, p.46)

Quatro dias após receber a mensagem presidencial Fowler Hamilton informou a Kennedy a situação que se encontrava a tramitação dos acordos da Aliança para o Progresso destinados ao Brasil, em especial ao Nordeste:

“Em resposta ao seu memorando de fevereiro sobre a ajuda ao Brasil antes das eleições no próximo outono, estou feliz em relatar que estamos prestes a concluir acordos com o Brasil pedindo três importantes programas área crucial do Nordeste: (a) 33 milhões de dólares no programa de empréstimo com

impacto imediato; (b) um programa de desenvolvimento de longo alcance de US \$ 62 milhões; E (c) um programa substancial para alimentos de emergência, trigo, milho e leite em pó. Também esperamos iniciar projetos em outros lugares do Brasil que terão impacto antes de outubro”<sup>11</sup>.

Os dois primeiros pontos apresentados na citação acima tratam dos acordos estabelecidos com o Governo Federal e com os governos estaduais. Com relação a distribuição de alimentos, o objetivo principal era de atingir grande parte da população necessitada. Afora o leite, distribuído gratuitamente, o milho e o trigo foram vendidos no âmbito do Acordo sobre Produtos Agrícolas. O programa de empréstimo para impacto imediato destinava-se às regiões centrais e como maior índice de descontentamento abarcando obras de infraestrutura e melhoria das condições sociais<sup>12</sup>:

“Os principais elementos são: abastecimento de água - fontes públicas, poços e sistemas de água em cidades e vilas; Centros de trabalho e projetos de desenvolvimento de autoajuda da comunidade; Eletrificação rural; Alfabetização e treinamento industrial simples para aqueles que acabaram de entrar no mercado de trabalho; E unidades móveis de saúde”<sup>13</sup>.

O projeto de ação imediata foi concretizado com o Acordo do Nordeste. Outros acordos foram celebrados paralelamente com os governos estaduais visando a promoção da Aliança para o Progresso e conseqüentemente favorecer a imagem dos candidatos alinhados aos interesses do governo norte-americano: “o alvo é ter esses itens

---

<sup>11</sup> [In response to your memorandum of February 5[2] about aid to Brazil before their elections next fall, I am happy to report that we are about to conclude agreements with Brazil calling for three important programs in the crucial northeast area: (a) a \$33 million immediate impact loan-grant program; (b) a \$62 million long-range development program; and (c) a very substantial program for emergency food, wheat, corn and dry milk. We also hope to initiate projects elsewhere in Brazil which will have impact before October]. **Memorandum From the Administrator of the Agency for International Development (Hamilton) to President Kennedy**. Washington, February 9, 1962. Disponível em: <https://goo.gl/WLa7Cq>. Acesso: 24 jul. 2016.

<sup>12</sup> [This program is primarily social in purpose and directed to the centers of greatest discontent in the northeast]. **Memorandum From the Administrator of the Agency for International Development (Hamilton) to President Kennedy**. Washington, February 9, 1962. Disponível em: <https://goo.gl/WLa7Cq>. Acesso: 24 jul. 2016.

<sup>13</sup> [The main elements are: water supply—public fountains, wells and water systems in cities and towns; labor centers and community self-help development projects; rural electrification; literacy and simple industrial training for those just entering the labor force; and mobile health units]. **Memorandum From the Administrator of the Agency for International Development (Hamilton) to President Kennedy**. Washington, February 9, 1962. Disponível em: <https://goo.gl/WLa7Cq>. Acesso: 24 jul. 2016.

fisicamente no lugar antes das eleições de outubro, tanto quanto possível, com marcadores de Aliança para o Progresso”<sup>14</sup>.

Outra evidência que demonstra a preocupação do governo norte-americano em evitar a chegada de “comunistas” nos governos estaduais é um *airgram* do Consulado no Recife para o Departamento de Estado. Nele, foi comunicado a importância dos investimentos para manutenção de “forças democráticas” no poder: “para evitar a perda dos estados para os comunistas, é necessário, o apoio dos objetivos da política dos Estados Unidos para o Brasil, e para a proteção do enorme investimento de fundos [...] fortalecer as forças democráticas do Nordeste a nível estadual”<sup>15</sup>. O fortalecimento destes governos seria por meio de investimentos diretos delegando as instituições federais a um papel secundário o que caracteriza um processo de interferência externa.

As eleições de outubro de 1962 foram marcadas pelo grande volume de capital norte-americano envolvido, seja através de favorecimento por meio de acordos no âmbito da Aliança para o Progresso ou por meio de ações encobertas levadas a cabo pela CIA. Esta última atingiu o seu “auge de uma das maiores operações políticas, jamais empreendidas pela Divisão Ocidental” (DREIFUSS, 1981, p.325).

O ex-agente Philip Agee revelou o papel da CIA durante o pleito eleitoral. A Divisão Ocidental, ou também conhecida pelo prefixo WH, através de suas estações espalhadas pelo Brasil, estando o centro nervoso funcionando na Embaixada no Rio de Janeiro e as demais ramificações os Consulados, “encontravam-se comprometidas numa campanha de milhões de dólares para financiar a eleição de candidatos anticomunistas aos disputados postos federais, estaduais e municipais” (AGEE, 1976, p.257). Esta campanha, de acordo com Agee, pretendia se converter em um “reforço contra a tendência

---

<sup>14</sup> [The target is to have these items physically in place before the October elections, so far as possible, with “Alliance for Progress” markers]. **Memorandum From the Administrator of the Agency for International Development (Hamilton) to President Kennedy**. Washington, February 9, 1962. Disponível em: <https://goo.gl/WLa7Cq>. Acesso: 24 jul. 2016.

<sup>15</sup> [To avoid a state by state loss to Communist control of these governments it is necessary, in support of United States Policy objectives for Brazil, and for the protection of the huge investment of United States funds and prestige which are being made in Brazil, that ways be found to strengthen the democratic forces of Northeast Brazil at thestate level.] **Community Development Program for Northeast Brazil**. Recife, 26 mar. 1963. Disponível em: <https://goo.gl/J6JU9N>. Acesso 23 jan. 2017.

esquerdista do governo de Goulart – a cada momento mais infiltrado por comunistas e elementos de extrema-esquerda em geral” (*Idem*).

A máquina da corrupção eleitoral era financiada através da “Política de Ilhas de Sanidade Administrativas”. A exemplo de Pernambuco, houve um amplo esforço para combater a campanha de Miguel Arraes para o governo do Estado, conforme descreve Paulo Cavalcanti:

Sem a menor contestação, pode-se afirmar hoje que, na história política de Pernambuco, não houve corrupção eleitoral que equipara-se à qual consumou nesse período. Através do IBAD, o dinheiro americano jorrou no Recife, de todas as fontes – dos ditos “programas de ajuda”, tipo Aliança para o Progresso e Alimentos para Paz, às contribuições de empresas ianques sediadas no Nordeste (CAVALCANTI, 2008, p.337).

Uma evidência da participação norte-americana neste processo é um telegrama do Consulado para o Departamento de Estado contendo a plataforma de campanha de João Cleofas. No documento são apresentadas as alternativas para realização do financiamento da campanha do udenista. Inicialmente o consulado não ofereceu suporte, entretanto, com a possibilidade de vitória de Miguel Arraes, foi pedido com urgência o envio de material com propagandas anticomunistas<sup>16</sup>.

O governo norte-americano gastou cerca de 20 milhões de dólares nas eleições de 1962 para colaborar com as campanhas de candidatos pró-Estados Unidos. Moniz Bandeira descreve que não se pode negar que o dinheiro destinado à promoção do desenvolvimento socioeconômico estava sendo utilizado para contribuir contra as candidaturas consideradas de esquerda e para conter movimentos tidos como subversivos (2010, p.270-271). Exemplo disto é a liberação de um empréstimo de três milhões de dólares destinados ao financiamento das obras da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO)<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> João Cleofas's Campaign Platform. Recife, 24 ago. 1962. Disponível em: <https://goo.gl/HZVDAx>. Acesso: 23 jan. 2017.

<sup>17</sup> No dia 20 de novembro de 1959, o governador Cid Sampaio enviou à Assembleia Legislativa do Estado um projeto de lei que autorizava o executivo criar uma sociedade econômica de capital misto cuja finalidade seria produzir borracha sintética por meio do álcool extraído da cana-de-açúcar, a COPERBO. O projeto

Os investimentos destinados a construção da fábrica foram liberados – contrariando os funcionários do Departamento de Estado – com o objetivo de fortalecer a figura de Cid Sampaio e ajudar seu potencial sucessor no governo, João Cleofas. Da mesma forma que o acordo da educação pode ser apontado como um forte indício do apoio norte-americano ao candidato udenista em oposição a Miguel Arraes. Apesar de todo o investimento e propaganda a direita apoiada pelo Complexo IPES/IBAD e seu principal financiador o governo norte-americano não conseguiu conter a chegada de Miguel Arraes ao governo do estado.

Este, ao assumir o cargo, convocou imediatamente um grupo de trabalho para investigar os acordos da Aliança em Pernambuco confirmando a versão de que o governo norte-americano, através do seu programa, interferia nas questões internas dos estados reverberando na esfera federal. A política de Nova Fronteira de Kennedy baseada na promoção de reformas e de desenvolvimento econômico não passou de um engodo, já que o mesmo intensificou a intervenção norte-americana no continente quando cedeu às pressões da comunidade empresarial, financeira e militar dos Estados Unidos (BANDEIRA, 2010, p. 270-271).

## **5 Referências**

AGEE, Philip. **Dentro da Companhia: Diário da CIA**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 8ª Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**. Lisboa: Editora Seara Nova, 1975.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias políticas**. 4. ed. revista e ampliada. Recife: CEPE, 2008.

CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classes**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

---

foi aprovado em terceiro turno na Assembleia Legislativa no dia 21 de dezembro e sancionado pelo governador cinco dias depois.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964).** Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

SANTIAGO, Vandek. **Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964.** Recife: Cepe Editora, 2016.